

**AgInt no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 150.393 - PR (2016/0331099-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **BONIFACIO FRANCISCO RAMAO**  
**AGRAVANTE** : **MARIANA GOMES RAMAO**  
**AGRAVANTE** : **NATALIA GOMES RAMAO**  
**AGRAVANTE** : **ANDREIA GOMES RAMAO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **SANDALO BUENO DO NASCIMENTO FILHO - DF028362**  
**AGRAVADO** : **AGRO-INDUSTRIAL E MINERACAO DIACAL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS** : **CÁSSIO RANZINI OLMOS E OUTRO(S) - SP224137**  
**EMMANOEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA - SP242313**  
**SUSCITANTE** : **AGRO-INDUSTRIAL E MINERACAO DIACAL LTDA**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE IBAITI - PR**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE DIANÓPOLIS - TO**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECONHECIMENTO, PELO JUÍZO UNIVERSAL, DA NÃO ESSENCIALIDADE DO IMÓVEL RURAL. BEM NÃO AFETADO A NENHUMA ATIVIDADE DA RECUPERANDA. PERDA DE OBJETO. CONFLITO PREJUDICADO, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por Bonifácio Francisco Ramão e outros contra decisão monocrática proferida por este signatário, a qual, ratificando a liminar de fls. 769-773 (e-STJ), conheceu do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara Cível de Ibaiti/PR a fim de decidir sobre a reintegração de posse da Fazenda Jardim, devendo analisar, no momento oportuno, a essencialidade do imóvel para o soerguimento da suscitante.

A decisão está assim ementada (e-STJ, fls. 978-981):

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE ORDENADA POR OUTRO JUÍZO. ALEGAÇÃO DE QUE O IMÓVEL É ESSENCIAL ÀS ATIVIDADES DA RECUPERANDA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL PARA DECIDIR SOBRE A ESSENCIALIDADE DO BEM PARA O SOERGUIMENTO DA EMPRESA. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DE IBAITI/PR.

Nas razões do agravo interno (e-STJ, fls. 989-1.004), os agravantes alegam que o conflito nem sequer deveria ser conhecido, porquanto a suscitante já teria apresentado exceção de incompetência nos autos originários, atraindo a incidência da regra do art. 952 do CPC/2015. Aduzem, ainda, que o imóvel rural não é de propriedade da suscitante, de modo que não estaria configurado o suposto conflito de competência. Outrossim, afirma que o bem objeto do contrato de compromisso de compra e venda não é essencial à recuperação judicial, pois a ele não foi dada nenhuma destinação econômica.

Posteriormente, os agravantes informam que a ação de rescisão contratual e de reintegração de posse transitou em julgado, assim como o Juízo da recuperação já afastou a essencialidade da Fazenda Jardim para a recuperação da suscitante (e-STJ, fls. 1.017-1.036).

Sem impugnação.

Brevemente relatado, decido.

Nos termos do art. 66 do CPC/2015, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma matéria ou quando existir controvérsia acerca da reunião ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

A fim de corroborar com esse entendimento:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PREJUDICADO O CONFLITO DE COMPETÊNCIA.

1. Para a caracterização do conflito de competência é necessário que os juízos diverjam a respeito da competência para exame de uma mesma demanda, ou sobre a reunião ou separação de processos, e que as decisões apontadas como conflitantes subsistam.

[...] 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no CC 145402/GO, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 27/06/2018, DJe 29/06/2018)

Conforme os documentos juntados pelos agravantes, constata-se que o Juízo da recuperação judicial expressamente afastou "a essencialidade do bem Fazenda Jardim, localizada em Novo Jardim (TO), de propriedade de BONIFÁCIO FRANCISCO RAMÃO, MARIANA GOMES RAMÃO, NATÁLIA GOMES RAMÃO E ANDRÉIA GOMES RAMÃO DE OLIVEIRA, para a recuperação judicial de AGROINDUSTRIAL E MINERAÇÃO DIACAL LTDA." (e-STJ, fls. 1.029-1.036).

Depreende-se dos fundamentos da aludida decisão que o imóvel não está atrelado a nenhuma atividade que poderia propiciar a revitalização da recuperanda, de modo que a sua posse não contribuiria no cumprimento do plano de recuperação judicial.

Delineado tal arcabouço fático, verifica-se que o presente conflito de competência perdeu o objeto, visto que não há mais nenhuma decisão conflitante proferida por Juízos diversos a justificar a subsistência deste incidente.

Ante o exposto, em juízo de retratação, casso as decisões anteriores e julgo prejudicado o conflito de competência em razão da superveniente perda de objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator